

PRODEPAN: O Pantanal como nova fronteira econômica nacional*

*ILSYANE DO ROCIO KMITTA***

A proposta de texto, aqui apresentada, está associada ao projeto de pesquisa para doutoramento, cuja pretensão é analisar os aspectos modificadores e delineadores da planície pantaneira em Corumbá, MS nas últimas décadas do Século XX, e compreende o recorte temporal de 1950-1990. Aspectos esses que envolvem tanto as transformações ambientais quanto a inserção de atividades econômicas no Pantanal. Outro aspecto a ser considerado, quando analisamos a composição modeladora dos ecossistemas e conseqüentemente da paisagem nos pantanais, é que nas últimas décadas, muito se tem falado sobre a progressiva exploração ambiental e da importância das intervenções tanto públicas quanto privadas para a preservação e manutenção dos biomas brasileiros.

Colocamos em questão as discussões que nortearam, em julho de 1974, o Primeiro Encontro do PRODEPAN em Corumbá, cujo objetivo das conferências consistia em debater, em “colocar na mesa” as questões ligadas ao Pantanal e a sua inserção no cenário econômico nacional. A aposta do encontro estava centrada na troca de informações entre as autoridades encarregadas de colocar em prática o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal¹ e os fazendeiros, empresários rurais, considerados “úteis” na elaboração e execução do projeto. Como foco principal figuravam as obras de infraestrutura que resultariam no aumento da produção do rebanho bovino, numa área que “fabrica o boi mais barato do mundo” mesmo em condições climáticas adversas. O programa criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, denominado como PRODEPAN, “funcionou” entre os anos de 1974 a 1978, constituindo-se como um conjunto de medidas que visavam dotar o Pantanal de condições adequadas que possibilitassem a melhor utilização dos amplos recursos oriundos

* Texto elaborado com base em pesquisa de mestrado e elaboração do projeto para doutorado.

** Professora da Universidade Federal da Grande Dourados e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/UFGD. e-mail: ilsyanekmitta2@ibest.com.br

¹ A implantação do PRODEPAN, contava com a participação dos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes; Rodovias e rede hidrográfica; DNOS com programa de saneamento ambiental, regularização das águas do rio Paraguai e seus afluentes, com vistas ao controle das enchentes, aproveitamento hidroviário, saneamento básico, abertura de canais, perfuração de poços; Ministério das Minas e Energia: ELETROBRAS com Programa de expansão da oferta de energia. Ministério da Agricultura: CONDEPE – EMBRAPA; e SUDECO com o programa de industrialização.

dos fundos de investimentos do Governo Federal, gerados a partir da década de 1960 visando a modernização de setores como a agropecuária e a agroindústria no Brasil.

Investimentos esses, que permitiam a inserção definitiva dos pantanais no processo de desenvolvimento nacional. E, de acordo com Abreu,

As recomendações passavam pelo asfaltamento entre Aquidauana-Corumbá, bem como a construção da ponte no Porto da Manga, no rio Paraguai, além da Transpantaneira, que ligaria Cuiabá-Corumbá. É o caso, também, da construção de poços artesianos e de canais-tronco e vicinais visando ao saneamento rural; da construção de armazéns e frigoríficos que foram contemplados na programação do PRODEPAN, além da criação de uma fundação universitária. (2000:3)

O potencial da região, não entrava no mérito da discussão, pois os discursos defendiam que o fazendeiro do Pantanal sempre foi sensível e parceiro do progresso, mesmo desassistido pelo poder público, procurava assimilar conhecimentos e técnicas da “arte de criar”, portanto, todas as inovações tecnológicas no que tange a criação de bovinos, já passavam pelo Pantanal, incluindo nesse rol, as linhas aéreas facilitando o transporte para as fazendas, a construção de canais, as anotações pluviométricas e registro das enchentes somadas a tantas outras inovações que faziam do Pantanal um lugar privilegiado para o desenvolvimento da economia do Estado. Com base nessa argumentação, o então Secretário da Agricultura e coordenador do encontro defende e apresenta a todos os interessados na “ímpar região mato-grossense, que é sem dúvida uma das mais sedutoras e fascinantes de todo o mundo, pelas peculiaridades que apresenta”², o Pantanal como nova fronteira econômica nacional.

Tal afirmação nos remete a uma questão que exige reflexão e cautela, que está relacionada à problemática da configuração geográfica, meramente apresentada como configuração espacial deslocada e, em conformidade com Raffestin (1993), um território se forma a partir do espaço, é, portanto, o resultado de uma ação conduzida, seja de forma concreta seja abstrata, elaborando representações e afirmando assim o poder sobre um espaço, e a força exercida para mantê-lo sobre seu domínio.

Dessa forma, segundo Raffestin, o poder constrói “malhas” nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios, onde o território é o espaço onde se projetou uma ação, um trabalho modelar e que, por consequência revela as relações marcadas pelo

² Notas da abertura e apresentação por Paulo Coelho Machado - Secretário da Agricultura e coordenador do I Encontro do PRODEPAN.

poder. A diferença existente entre a malha política e malha econômica reside no fato de que a primeira é a resultante de uma decisão de um poder legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as organizações políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as organizações econômicas. Prosseguindo em suas análises, o autor pontua que o limite é uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. Logo, a fronteira adquire uma conotação política, se tornando instrumento manipulável pelas esferas do poder instituído que estabelece seus limites, que emergem ou desaparecem, variando no decorrer da história.

A questão da fronteira é também analisada por Martins (2009) que chama a atenção para o fato de que a fronteira não se resume apenas como fronteira geográfica, ela deve ser pensada como uma fronteira civilizacional, espacial, cultural, étnica, da história e da historicidade dos grupos e/ou sociedades humanas, e, dessa forma, poderá adquirir um caráter sacrificial, porque é nela que o outro pode ser degradado viabilizando a existência de quem o domina, subjuga e explora. As questões apresentadas nos permitem analisar que, inicialmente, o Pantanal teve sua paisagem e suas peculiaridades climáticas descritas por viajantes do passado, e apresentada a partir das concepções e representações cartográficas visando à ocupação territorial.

A partir dessas concepções iniciais, desvendar o universo pantaneiro foi uma preocupação constante de muitos cientistas, geógrafos, biólogos e demais “aventureiros” que ingressaram em terras matogrossenses nas décadas finais do Século XIX e iniciais do Século XX. Mas, é somente a partir da década de 1960 que as concepções e representações se articulam com novos olhares que marcaram a paisagem da planície pantaneira como um processo de construção social, da vivência dos grupos nela inseridos, seus valores e simbologias, incorporando discursos que articulavam perspectivas estéticas, de linguagens, de significados, de valores culturais e de poder.

Essa problemática revela a necessidade de estudos cada vez mais específicos, voltados para sanar as lacunas e discrepâncias com as quais nos deparamos na historiografia e nas obras memorialistas em que os aspectos constitutivos das paisagens geográficas e da beleza natural do Pantanal são apresentados associados à profusão das águas e a composição de um mosaico natural de baías e lagoas, marcado pelos longos períodos de estiagem que revelam os

campos secos. É preciso conhecer os traços e formas de sociabilidade dos grupos que ali viviam e a ligação desses grupos com a natureza e com as chamadas áreas de desenvolvimento e de que forma as mesmas estavam ligadas ao processo de expansão e desenvolvimento propagado para o país, ponderando que até a metade do Século XIX a planície pantaneira ficava constantemente alagada, isolando muitas fazendas e tanto o comércio de gêneros alimentícios quanto a comercialização do rebanho bovino eram consideravelmente afetados e até mesmo interrompidos.

Se por um lado, inicialmente se tinha a representação do lugar como sedutora e fascinante economicamente, por outro lado, se “costura” a identidade do homem com o lugar, com a paisagem, com o espaço geográfico em questão, reelaborando novas configurações espaciais e territorialidades. Assim, em conformidade com Duncan, em sua análise sobre paisagem e signos, salientamos que os discursos,

[...] eles são, ao mesmo tempo, recursos facilitadores e coações ou limites dentro dos quais determinados modos de pensamento e ação parecem naturais, e para além dos quais a maior parte daqueles que aprendeu a pensar dentro do discurso não pode facilmente aventurar-se”. (2004; 104)

Notemos que está em jogo, nesse caso, a complexidade das relações entre homem e natureza, a influência do meio, as relações de cambio, as transformações oriundas da ação antrópica sobre a natureza, a cautela na descrição dos ambientes associados a variedade das atividades do homem tanto nos aspectos econômicos como sociais e o papel simbólico da natureza na vida humana associados a suas necessidades funcionais. Nessa ótica de análise, “os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais, geralmente muito fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local.”(CLAVAL, 2004;67) Essas observações são suficientes para mostrar, de início, que os valores, os signos, as práticas e representações são associadas ao *modus vivendi* do pantaneiro que permite fazer a leitura da natureza para a permanência em uma área tradicionalmente afetada pelas enchentes, estabelecendo e instrumentalizando estratégias de sobrevivência na região através dos tempos.

A construção de um sistema simbólico que atua e interage com o imaginário que delinea o espaço pantaneiro, transforma e tangencia as relações do homem com a natureza, com o ambiente em si e com os elementos margeantes do mesmo. Essa interação é parte integrante da identidade regional, local. É significativa e necessária e os enfrentamentos entre

homem e natureza foram constantes para o estabelecimento e permanência na região. (LEITE, 2008) Segundo o autor, o desenvolvimento de atividades econômicas continuam acompanhados pela natureza e suas particularidades e especificidades como as enchentes e as secas, fenômenos inerentes da planície pantaneira.

Avaliamos que nas décadas finais do Século XIX e iniciais do Século XX, o surgimento de muitos povoados e a formação de pequenas cidades ao entorno do Pantanal,³ estavam associados aos discursos motivadores da ocupação do solo brasileiro, especialmente nas ditas regiões longínquas, distantes dos polos de desenvolvimento nacional, e que era necessário, uma integração desses espaços na construção do extenso território brasileiro. A permanência e a falta de acesso se constituía no grande problema, não apenas na esfera econômica, como também geopolítica para a região e para o país. (LENHARO, 1985) A criação de tais centros urbanos favorecia a inserção e desenvolvimento de uma política marcada pela conquista territorial e uma integração desses espaços na construção do extenso território vinculada à instrumentalização política.

Em meados dos anos de 1940 - em 1947 mais especificamente- ocorre um processo mais intenso de colonização no Norte de Mato Grosso, no planalto, com a implantação de projetos oficiais e de empresas particulares e estrangeiras gerando um promissor mercado de aquisição e exploração de terras agricultáveis e da extração de madeira, facilmente comercializadas. O destaque para a comercialização de madeira está presente em *Corumbá: Reminiscências e Impressões* quando o autor lamenta a caça indiscriminada, a devastação e as queimadas, a implantação de fazendas e o aumento da população rural, que atuavam como fator relevante para a alteração e desequilíbrio ecológico no Pantanal de Corumbá. (BAEZ, 1975)

Nas questões relativas à ocupação e utilização de uma área como o Pantanal cuja atividade única consistia a pecuária extensiva e na dispersão e não concentração da população, o grande desafio inicial era como organizar tais povoados, dotá-los de mecanismos de comunicação, transposição das longas distâncias, das enchentes, da precariedade no acesso e do considerável isolamento frente às demais regiões do Brasil, ou seja, suscitava a organização e a adoção de mecanismos facilitadores permitindo o acesso as fazendas e

³ Exemplo de dois centros urbanos que são erigidos no período que são Aquidauana em 1892 e Porto Murtinho em 1912, locais estratégicos para a construção de portos.

diminuindo o isolamento geográfico das demais regiões do país. Portanto, fixar núcleos urbanos, estruturar e estabelecer núcleos políticos eram ações que estavam ligadas ao processo de estabelecimento de um progresso econômico amplo para o Mato Grosso. A questão principal era como estabelecer novas formas de políticas e como esses fatores estavam integralizados na expansão econômica planejada para o Pantanal e para o Estado do Mato Grosso⁴ denominado como “o novo endereço do progresso.”

Partindo de tal indagação, encontramos elementos no discurso de José Manuel Fragelli, então governador do Estado, quando observa que o “PRODEPAN é antes de tudo um resultado do Programa Nacional de Integração.” Dessa forma, era preciso entender que duas missões levavam o chamado modelo brasileiro de desenvolvimento, que consistia em primeiro lugar na distribuição de renda no campo social e em segundo lugar a distribuição regional da renda no campo político, visando fortalecimento e consolidação das aspirações nacionais que estavam pautadas na unidade nacional e na segurança do país.

Ao que parece, muita euforia, expectativas e indagações nortearam as conferências e debates sobre o programa que compreendia um conjunto de medidas de curto e médio prazo, com o objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento do Mato Grosso sem desconsiderar a potencialidade da planície pantaneira. São “eleitos” cinco setores básicos cujo atendimento devia ser imediato. São eles:

de transportes (malha rodoviária, melhoria da navegação e de vias férreas); saneamento (construção e plataformas de refúgios; perfuração de poços; canal de Paiaaguás; barragem do rio Manso, pântano de Corumbá; estudos de comportamento hidrológico do Pantanal e de regularização de cursos d'água); energia (projetos de geração, transmissão, distribuição e transformação); industrialização (estudos e oportunidades industriais das matérias primas existentes no Pantanal – ferro, manganês, fosfato, calcário, madeira – e implantação do frigorífico de Corumbá e de distritos industriais) e de desenvolvimento da pecuária (pesquisa para melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de tecnologia adequada de manejo pecuário, além de assistência técnica ao produtor) (ABREU,2000:4)

O setor de transportes absorvia uma grande parcela dos recursos destinados ao programa e seriam aplicados no triênio 1974-1976. A primeira etapa da construção dessa malha coletora era a continuação da Transpantaneira que fazia a ligação entre

⁴ A divisão do Estado ocorre em 1977 quando o sul do Mato Grosso passa a ser o Estado do Mato Grosso do Sul. (BITTAR, 2009)

Cuiabá/Corumbá. Ligação essa que além da importância econômica permitiria a ligação de duas importantes bacias hidrográficas: a Amazônica e da Prata, cobrindo uma das regiões mais ricas da chamada Amazônia Mato-grossense e unindo dois portos fluviais – Corumbá/Santarém, abrindo caminho para o sul.

Outro setor privilegiado era o saneamento que previa assistência técnica, crédito rural adequado para as condições do Pantanal. O gargalo estava na ausência de pesquisa agropecuária que serviriam de suporte a assistência técnica, fator que dificultava a racionalização e aproveitamento da pecuária, limitando os investimentos. Visando sanar tais problemas foram lançados como projetos prioritários à pesquisa e a experimentação agropecuária, crédito orientado e assistência técnica possibilitando um maior avanço no desenvolvimento e maior rentabilidade na pecuária.

O discurso produzido na sessão de abertura apresentava o Pantanal, como grande promessa de contribuição para o desenvolvimento nacional e para a integração com a Bolívia e Paraguai, alavancando ainda mais o avanço econômico da região. O PRODEPAN representava “uma transposição do projeto nacional de desenvolvimento e integração, para o plano regional”, e como resultado da “consciência nova do homem do interior, quanto a sua posição e quanto ao seu valor no quadro brasileiro.”⁵ Essa posição de valor estava associada a nova política de desenvolvimento implantada pela Revolução que visava uma política integracionista apelando para um espírito regional e não regionalista, enaltecendo os municípios que compreendiam a grandiosidade do Pantanal bem como suas responsabilidades no contexto econômico e político nacional. O discurso da modernização é incorporado pelo regime militar com pretensões de implantar um modelo de crescimento econômico associado à repressão política que resultaria na crise econômica da década de 1980, momento em que os militares se afastaram do poder.

Entre os anos de 1966-1971, numa tentativa frustrada, a aposta da modernização recaiu na construção da estrada da integração ligando Aquidauana, Miranda, Porto da Manga e Corumbá. (ARAÚJO, 2005) O governador José Fragelli que assumiu em 1971, iniciou a construção da rodovia Transpantaneira, aproveitando o momento que o Brasil atravessava, no qual várias indústrias multinacionais se instalavam no país, muitas delas automobilísticas e,

⁵ Sessão de abertura do I Encontro do PRODEPAN, 1974, p. 23.

período em que o presidente Médici voltava às atenções de seu governo para o ideal de integração nacional, como forma de dominação e controle territorial, principalmente nas regiões fronteiriças como Mato Grosso e Amazônia. Os resultados que se sucederam quanto as interferências gestadas no Pantanal Mato-grossense, analisamos que

No século XX, é possível realçar fatos tais como a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que possibilitou a entrada de migrantes estranhos á realidade local; nos anos setenta desse século, a construção da estrada da integração e da rodovia transpantaneira, a divisão do Estado, a aquisição de terras por agentes econômicos alheios á região, bem como o crescimento da indústria do turismo. Esses fatores provocaram por um lado, expectativas e, de outro, dificuldades aos pantaneiros que defrontavam-se com aspectos das mudanças relacionadas a aspectos da modernidade. (CORREA apud LEITE, 2003. p.41)

A utopia da modernização bem vinda e sempre presente no imaginário dos grandes proprietários que ansiavam pela entrada do progresso na região, trouxe a cultura e ao ambiente pantaneiro o ônus de tal progresso e das grandes transformações, não tão benéficas, quanto propagadas. A modernidade precisava abrir caminhos, alcançar o Pantanal e a construção de estradas que atravessariam o espaço pantaneiro estava vinculada a característica climática e geográfica da região, levando as várias tentativas ao fracasso

A aposta de José Fragelli, com a construção da Transpantaneira, símbolo do PRODEPAN e do desenvolvimento econômico que se desenhava, era trazer para o Pantanal uma modernização nunca vista antes. Com intensa euforia, o governador ao invés de optar pelo mais sensato e seguir uma trilha feita para atender as demandas de quem necessitava chegar a Poconé, optou por um trajeto inovador, fugindo dessa maneira a qualquer característica que demonstrasse traços de tradicionalismo. Logo, muito se almejou com a construção dessa rodovia, no entanto, pouco foi feito para que o projeto saísse do papel. Não foram feitos levantamentos e estudos que contemplassem a hidrografia e o relevo pantaneiro; suas características climáticas não foram levadas em consideração e, o Estado, não tinha verba suficiente para levar a construção da estrada até o final. O que não veio a tona era o fato de que o I Encontro do PRODEPAN estava acontecendo em 1974, mas o Programa já contava com vários cortes nos recursos e todos os discursos foram proferidos com base nas estimativas iniciais do projeto.

O Pantanal foi avaliado por José Fragelli, não como uma nova fronteira comparada a Amazônia, não como uma área para ser ocupada, não como um espaço vazio que deveria ser

preenchido, mas sim “como uma área problema de grande potencialidade, cujo abandono a exploração econômica rotineira e secular, constituía, sem dúvida, verdadeiro desperdício nacional da potencialidade da terra e da capacidade do homem brasileiro do interior.” (1974:24) Era preciso avaliar que o Pantanal tinha grande potencial para a pecuária e para a agricultura que estava relegado ao esquecimento, mas, unidos esses dois fatores poderiam alavancar a industrialização necessária para todos os produtos ali produzidos.

As peculiaridades do Pantanal faziam desse uma área estratégica no que tange a produção de matrizes para a expansão da pecuária. De acordo com o governador, os levantamentos feitos sobre a área que compreendia os pantanais, o levaram a tais conclusões, permitindo um diagnóstico do que era a realidade do Pantanal e as zonas circunvizinhas, fatos que o levaram a apresentar, nesse caso, um projeto de interesse nacional, que ia muito além dos interesses iniciais dos municípios e dos pequenos projetos em elaboração, atendendo aos anseios do Presidente Ernesto Geisel, ou seja, a implantação de um programa de ação imediata.

Para o governador José Fragelli, era preciso aprender algumas lições com o Pantanal, a primeira era unir as inteligências, vontades, esforços e recursos para estudar os problemas válidos da comunidade regional, estadual e nacional; a segunda consistia em reconhecer um governo genuinamente nacional cujo sentido não era o apego as áreas prioritárias escolhidas pelo prestígio político das bancadas do Legislativo Federal. Era preciso reconhecer um governo nacionalista que militava pela busca incessante do desenvolvimento de cada região requerendo a prosperidade para todos os brasileiros, em cada canto do Brasil. A terceira lição, segundo o governador, é que cada brasileiro devia depositar sua confiança nos governos que “nasceram da Revolução, autenticamente brasileira, de marco de 1964”, garantindo com isso a resposta para todas as aspirações do povo brasileiro em qualquer parte do território nacional.

A década de 1970 chega trazendo promessas milagrosas de desenvolvimento. No período de 1974-1978 o Programa de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN, sob a coordenação da SUDECO, criava um polo de desenvolvimento no Pantanal do Mato Grosso, cujos empreendimentos trouxeram para a região impactos que foram sentidos não apenas na economia como também no meio ambiente e na cultura. Proença registra tal fato, analisando que se inicialmente a ideia era implantar um sistema de malha viário que facilitasse os

deslocamentos, melhorias no saneamento ambiental, na distribuição de energia, no aumento da produção da pecuária de corte, na industrialização e modernização dos processos de produção, o que se viu, foram projetos inacabados, executados pela metade e muitos outros que nem saíram do papel, permaneceram engavetados, se transformando em projetos secundários em vista das numerosas obras em andamento em todo país, num período que muitos classificavam como “época dourada.” (1997:152)

A conferência do Diretor Geral do DNOS⁶ foi marcada por elogios a iniciativa do governo nas esferas Federal e Estadual, destacando que o ponto de maior importância era exatamente o debate e o diálogo, consideradas como a única forma, pela qual as diretrizes governamentais e a iniciativa privada poderiam conduzir de maneira rápida e racional as ações tão imediatas para o progresso. Apresentar informações relevantes e auxiliar na implantação do programa com responsabilidade era compromisso assumido e pensar sobre a forma de bem disciplinar os recursos hídricos do Pantanal, “com o objetivo superior de desenvolver esta região, em benefício último e maior do homem da terra e do progresso de nosso país.” (PRODEPAN, 1974:65).

Assim se dizendo coerente em suas análises, que seriam apresentadas de forma sintética no que se refere a avaliação e controle dos recursos hídricos e o seu aproveitamento conveniente. Para Harry Amorim, é quando homens da iniciativa privada e governo se encontram que nasce um diálogo profícuo e um consenso geral levando ao bom entendimento da problemática da área e as diretrizes aplicadas. Ressalvas ao aspecto fisiográfico e a estrutura singular, classifica o Pantanal como região plana, com leves declividades o que torna o escoamento mais lento das águas formando extensas áreas de inundação. A vegetação foi descrita como de grande “diferenciação ao longo de sua extensa área”, um privilégio natural que a natureza dotou a região dos pantanais e que segundo Harry Amorim se constituía no grande potencial nativo do Pantanal portadora de um extraordinário poder alimentício para os rebanhos, assim, na sua avaliação a natureza se colocava a serviço da atividade pecuária da região.

Dando segmento as suas análises, Harry Amorim descreve os períodos de entre cheias, também chamado de período de estiagem, destacando que a relação solo/água se altera

⁶ Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

consideravelmente, ressalta que quando na falta de água, ocorre a redução dos recursos hídricos, especialmente nos períodos de estiagem mais prolongada, ocasionando sérios problemas para os fazendeiros, levando muitas vezes ao descontrole da situação. Pondera que “apesar de, as cheias anormais também trazerem prejuízos de sorte que para o pantaneiro, esse é um problema semelhante e rotineiro.” (PRODEPAN, 1974:66)

Chama a atenção para o fato de que o pastoreio tem sido objeto de estudos e análises por parte das autoridades, visto que, quando realizado de forma extensiva nas proximidades da água, provoca o devastamento do solo e, no período das chuvas com os solos encharcados, obriga o confinamento do rebanho em pequenas elevações gerando o mesmo problema. Esse desequilíbrio representa uma perda de potencial significativo na região pantaneira, agravado pela falta de rodízio nas pastagens e melhor aproveitamento das áreas resultando em apenas 30% de aproveitamento do seu potencial. O restante da área é classificado como inaproveitável, representada por extensas faixas com excesso de água em determinados períodos e falta em outros. É possível analisar, que na fala de Harry Amorim, há um descompasso quando na análise das condições fitogeográficas dos pantanais, no entanto, o mesmo defende que as cheias causam menores danos ao pecuarista que os períodos de estiagem quando os prejuízos são dobrados.

Aliados a esses fatores, o ano de 1974 foi marcado por grandes enchentes, coincidindo com a criação do Programa, dificultando ainda mais o andamento e execução de obras consideradas chaves para o programa como a continuidade da Transpantaneira. Projeto elaborado, cálculos efetuados, investimento disponibilizado e discursos proferidos, toda uma estrutura físico-econômica cuidadosamente delineada, mas não foram realizados estudos que viabilizassem as condições hidrológicas que estavam baseadas nas enchentes, que vinha para interromper um período de secas de aproximadamente dez anos, constituindo um descuido técnico que não considerou as peculiaridades climáticas e o ciclo das águas, natural do Pantanal, inviabilizando toda a obra.

Para o diretor geral do DNOS, havia o desconhecimento dos desequilíbrios existentes e que, em 1967 o Governo Federal começou a se preocupar com o regime hidrológico da área, originando o Projeto do Pantanal, onde foram ensaiados os primeiros passos para conhecer o regime hidrológico, a estrutura da região e toda sorte de informações que possibilitassem

conhecer e avaliar o potencial natural de maneira planejada, controlando o recesso e a falta dos recursos hídricos. A justificativa para tais estudos era que além da riqueza da pecuária, o sul do Pantanal apresentava também uma grande riqueza mineral, sobretudo nas jazidas de ferro e manganês na serra do Urucum, com enorme potencial de extração.

Coincidências a parte, é justamente no período de 1940-1970, que se iniciam os novos deslocamentos e fluxos migratórios, estabelecendo diferentes formas de ocupação social e espacial no centro-oeste do Brasil. Tais fluxos estavam estreitamente ligados aos programas de incentivo ao desenvolvimento e ocupação, apropriação de áreas e recursos naturais com políticas orientadas para a obtenção de resultados cada vez mais promissores, acelerando o desenvolvimento, para obtenção de maior proveito do potencial econômico em áreas específicas do centro-oeste, incorporando cada vez mais novas áreas no processo de produção.

Os projetos implantados pelo governo Federal tinham a função de auxiliar na construção de um novo ordenamento fundiário, estabelecer e reordenar as populações existentes, como no caso do Mato Grosso. Esses projetos de ocupação funcionavam como mecanismos acionadores que reforçavam o ideário da contribuindo no desenvolvimento e construção do progresso do país e desenvolvendo, de modo particular, as bases para a modernização dos setores, como o agrícola. (DESCONSI, 2010).

As obras de engenharia, implantadas pelo DNOS, utilizavam recursos sofisticados e equipes técnicas, permitindo que se conhecesse com propriedade e precisão a declividade dos terrenos e ao mesmo tempo identificar os pontos alagáveis, estabelecendo linhas de nivelamento, fixando estações metrológicas e permitindo colher e avaliar os dados do regime dos recursos hídricos. A ideia central de tais obras era prever o nível das águas e assim ter condições de antecipar as providencias emergenciais no caso das grandes enchentes, eliminando ao menos, em partes os danos causados ao rebanho bovino. Portanto, as enchentes são avaliadas mais pelos prejuízos que causam as atividades econômicas que pelo volume de água, importante era eliminar os danos, que poderia ser facilmente obtidos com a contenção das enchentes através das obras de engenharia, através de métodos que reduzissem seus efeitos, mas sem eliminar as inundações.

Em 1968, a obra de ficção “Mato Grosso e suas possibilidades econômicas”, cujo título coaduna com as propostas do PRODEPAN, remete a uma utopia compartilhada por muitos fazendeiros da planície pantaneira que seria o controle efetivo das enchentes e secas, fatores considerados como um empecilho para o progresso, um obstáculo barrando o desenvolvimento econômico cujas bases se centravam na agropecuária. Ficção ou realidade, o grau de complexidade dos ciclos de água foi reduzido, pelo Programa de desenvolvimento a uma gama de informações significativas, mas, que oscilavam entre eliminar ou não as enchentes, que por um lado revitalizavam o Pantanal, e por outro lado, acarretavam prejuízos na economia. Posteriormente, os estudos e análises mostraram que a área que compreende os pantanais tem características hídricas que permitem ao fazendeiro, conviver de maneira racional e controlada com as inundações, usufruindo de suas benesses quando na eliminação das pragas vegetais e na reserva natural do solo, sendo possível eliminar os danos, sem eliminar as enchentes.

Não colocamos em jogo a viabilidade do Programa, os questionamentos giram em torno das ações desenvolvidas, das obras que foram propostas e que, algumas nem sequer foram iniciadas, pela falta de estudos mais aprofundados no que se refere as condições fitogeográficas apresentadas pelo Pantanal, atuando como fator de inviabilidade das obras propostas pelo programa resultando no descrédito.

Para concluir, ponderamos que o Pantanal que vemos é o resultado da ação humana sobre esse espaço ao longo dos séculos, destarte hoje não é de todo natural em função da introdução voluntária e/ou involuntária de elementos e espécies alheias ao ambiente. Assim a implantação das atividades econômicas de forma mais intensiva como a pecuária e o turismo, integram essa categoria de ações transformadoras que provocam consequências como a erosão e o assoreamento, a alteração dos ambientes de reprodução, o espraiamento das águas, alterações ecológicas afetando os ecossistemas. Alterações essas diretamente ligadas aos impactos ambientais aos quais o Pantanal foi e está exposto.

Bibliografia

ABREU, S. de. *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço Mato-grossense, contexto, propósitos e contradições*, 2001. 328f. Tese (doutorado em geografia) Universidade de São Paulo.

_____. Intervenção e gerenciamento espacial: o caso do PRODEPAN. *Anais do II Simpósio sobre recursos naturais e sócio-econômicos do Pantanal. Os desafios do novo milênio*. Embrapa. Corumbá, MS, 2000.

ARAÚJO, V. de S. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro, no entorno da Transpantaneira, em Poconé – MT*. Cuiabá: UFMT, Agosto de 2005. (dissertação: mestrado em história).

BAÉZ, R. *Corumbá: reminiscências e impressões*. Corumbá, 1975

BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado*, vol. 1: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado*, vol. 2: poder político e elites dirigentes Sul-matogrossense. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BORGES, F. T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 2. Ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, R.L & ROSENDAHL, Z. *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CORRÊA, L. S. *História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1990.

COSTA, C.C. da. *Mato Grosso e suas possibilidades econômicas*. [?]:[?], 1968.

DECONSI, C. Seleção social nos projetos de colonização privados- entre a necessidade e dispensabilidade de migrantes. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3 n.2 Jul/Dez 2010.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA, R.L & ROSENDAHL, Z. *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LEITE, E.F. *Marchas na história: comitivas e peões boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da integração nacional, 2003.

_____. Do Éden ao Pantanal: considerações sobre a construção de uma representação. *Espaço Plural*. Ano IX. n. 18. 1º sem. 2008. p. 145- 151

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

_____. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá: Imprensa da Universidade, POEDI, UFMT, 1982.

_____. A terra para quem nela trabalha. (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.6, n.12. p. 47-64, mar/ago 1986.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

ENCONTRO DO PRODEPAN I, Corumbá, 22 a 27 de julho, 1974. *Pantanal nova fronteira econômica: conferências, proposições e subsídios*. [Cuiabá]: Governo do Estado do Mato Grosso. Secretária de Agricultura, 1974.

PROENÇA, A. C. *Pantanal: Gente, tradição e história*. 3ª Ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.